



BEBIDA ALCOÓLICA.
QUANTO MAIS CEDO, PIOR.



SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE - Ano: XIV - nº118/A- 2020- ISSN: 2177-8574

PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

scientificmagazine@hotmail.com

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574



SCIENTIFIC MAGAZINE

SCIENTIFIC MAGAZINE-, Ano: XIV -nº118/- 2020- São Paulo.
SP.

Site <http://scientificmagazine.com.br/>

Publicação contínua

E-mail: scientificmagazine@hotmail.com

INTERNATIONAL STANDARD SERIAL NUMBER- ISSN: 2177-8574

Versão online

Resumo português

Resumo inglês

A fim de cumprir com a periodicidade contínua corresponde ao Ano XIII, nº 118/Fevereiro - 2020.

As opiniões emitidas nos textos publicados são de responsabilidade de seus respectivos autores.

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Dr. Paulo César Ribamar Martins

Prof. Dr. Fabio Marques Barros

Prof. Dr. José Contenatto

Diretor Executivo

Mauricio Furlanetto

Prof^o. Ms. Lucas Huan Duarte dos Santos

Acadêmica Amanda Barbosa Sicóti

Prof. Esp. Paulo Fernando Scneider

Prof^o. Ms. Luíz Adriano Carvalho

Prof. Ms. Alfonso Aparecido Bernardes

Profa. Ms. Maria Fabiana Ribeiro

SECRETÁRIO DE ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Ms. André Luís

COMISSÃO CIENTÍFICA



Origem: Projeto NBR 6022:2002 ABNT/CB-14 - Comitê Brasileiro de Finanças, Bancos, Seguros, Comércio, Administração e Documentação CE-14:001.01 - Comissão de Estudo de Documentação NBR 6022 - Information and documentation - Article in printed scientific periodical publication - Presentation Descriptors: Documentation. Periodic article. Printed scientific periodical publication. Esta Norma substitui a NBR 6022:1994 Válida a partir de 30.06.2003.

Sede: Rio de Janeiro Av. Treze de Maio, 13/28º andar CEP 20003-900 - Caixa Postal 1680 Rio de Janeiro - RJ
Tel.: PABX (21) 3974-2300 Fax: (21) 2240-8249/2220-6436 Endereço eletrônico: www.abnt.org.br ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas Copyright © 2003, ABNT-Associação Brasileira de Normas Técnicas Printed in Brazil/ Impresso no Brasil Todos os direitos reserva

Endereço para Encaminhamento:

Revista (on-line) Scientific Magazine

Email: scientificmagazine@hotmail.com

Conselho Editorial - Scientific Magazine - São Paulo-SP- Brasil

<http://www.scientificmagazine.com.br/>

SUMÁRIO

CONHECIMENTO DOS FATORES ASSOCIADOS AO CONSUMO DE ÁLCOOL E DROGAS ENTRE USUÁRIOS ASSISTIDOS EM PROGRAMAS SOCIAIS, SE INFLUENCIA EM SUA RECUPERAÇÃO	2
O DIREITO DE UNIÃO ESTÁVEL NAS RELAÇÕES POLIAFETIVAS	12
ESTRESSE E ANSIEDADE: PROCESSO REFLEXIVO SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR	29
A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EDUCACIONAL	43
OS DESAFIOS NA ATENÇÃO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E A REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL	44
AS ATIVIDADES RECREATIVAS E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	53

CONHECIMENTO DOS FATORES ASSOCIADOS AO CONSUMO DE ÁLCOOL E DROGAS ENTRE USUÁRIOS ASSISTIDOS EM PROGRAMAS SOCIAIS, SE INFLUENCIA EM SUA RECUPERAÇÃO

Lucas Huan Duarte dos Santos ¹

RESUMO

O problema dos vícios em nosso país é muito complexo e gera diversos sentimentos e emoções, como preocupação, rejeição e medo, entre outros; também tem severas consequências sociais. Para resolvê-lo, devem ser realizados múltiplos esforços que destacam o trabalho que o indivíduo, a família, a comunidade por meio das unidades de saúde que podem atuar para reduzir os fatores de risco envolvidos no uso de drogas e promover fatores de proteção para impedi-lo. Este artigo foi amparado pela pesquisa bibliográfica, descritiva e qualitativa. O objetivo deste artigo é descrever a importância dos danos causados pelo álcool e outras drogas, do manuseio de risco ou consumo nocivo e a falta de serviços de atenção primária. Também descreve a dependência do álcool e como tratá-lo, para que os profissionais da atenção primária possam saber como agir quando precisar encaminhar casos problemáticos para especialistas ou quando não há serviços disponíveis ou acessíveis para o tratamento de dependentes. Para tanto, buscou-se um referencial teórico acerca do conhecimento dos fatores associados ao consumo de álcool e drogas entre usuários assistidos em programas sociais, se influencia em sua recuperação.

Palavras-chave: Conhecimento. Fatores Consumo de Álcool e Drogas. Usuários Recuperação

ABSTRACT

The problem of addictions in our country is very complex and generates different feelings and emotions, such as worry, rejection and fear, among others; it also has severe social consequences. To resolve it, multiple efforts must be made that highlight the work that the individual, the family, the community through the health units that can act to reduce the risk factors involved in drug use and

¹Mestrado em Ciências da Educação. Universidad Autónoma de Assuncion, UAA, Paraguai. Graduação em Licenciatura em Pedagogia. FACULDADE MANTENENSE DOS VALES GERAIS, INTERVALE. Graduação em Bacharelado em Enfermagem. Faculdade Madre Tereza, FAMAT, Brasil. Graduação em Bacharelado em Biomedicina. FACULDADE SEAMA, SEAMA, Brasil. Especialização em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva. - FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração- FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Especialização em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior. FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

promote protective factors to prevent it. This article was supported by bibliographic, descriptive and qualitative research. The purpose of this article is to describe the importance of the damage caused by alcohol and other drugs, the handling of risk or harmful consumption and the lack of primary care services. It also describes alcohol dependence and how to treat it, so that primary care professionals can know how to act when they need to refer problematic cases to specialists or when services are not available or accessible for the treatment of addicts. For that, a theoretical reference was sought about the knowledge of the factors associated with the consumption of alcohol and drugs among users assisted in social programs, influencing their recovery.

Keywords: Knowledge. Factors Consumption of Alcohol and Drugs. Recovery Users

1. INTRODUÇÃO

O problema do uso nocivo de álcool, tabaco e outras drogas afeta todos os pilares do desenvolvimento de um país: produtivo, político, social e ambiental. Além disso, considerando os impactos que os diferentes elos do problema têm na sociedade (produção, tráfico, venda, consumo).

As unidades de saúde do primeiro nível de atenção (Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas) são o primeiro contato da população com a equipe de saúde, onde são realizadas ações de promoção, prevenção e tratamento ambulatorial no consumo de drogas, uma vez que as ações comunitárias são priorizadas com estratégias, participativa, comunicação e treinamento que geram conhecimento sobre o fenômeno social das drogas e favorecem a coordenação com organizações da sociedade civil.

Este protocolo de atendimento abrangente visa fornecer ferramentas de apoio aos profissionais de saúde, para fortalecer suas capacidades na abordagem abrangente de pessoas que requerem atenção pelo uso nocivo de álcool e outras drogas; além de garantir a referência ou encaminhamento oportuno e adequado aos diferentes níveis de atenção e complexidade dos estabelecimentos de saúde do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Os mecanismos de atenção integral oferecidos aos usuários dependentes químicos são essenciais; de forma que constituam um suporte para que os profissionais de saúde tenham capacidade de resposta oportuna e eficaz. O estudo trata da importância do conhecimento por parte dos usuários, seu nível de escolaridade, pois facilita para acompanhar e informar os profissionais de saúde sobre o conhecimento atual, sobre a eficácia do atendimento. Essas diretrizes são baseadas em análises de evidências científicas existentes e na experiência do grupo de trabalho responsável por prepará-las.

O abuso de substâncias psicotrópicas é um problema sério para as sociedades, pois afeta não apenas o indivíduo que as consome, mas também todos os que as rodeiam, gerando um grave problema de saúde pública.

Pessoas que consomem álcool, cigarro e outras drogas são mais propensas a morrer prematuramente devido a várias circunstâncias, como; intoxicação aguda, overdose, infecções transmissíveis como vírus da imunodeficiência humana (HIV), vírus da hepatite B (HBV) e vírus da hepatite C (HCV), morbidade causada por seu consumo, tentativas de suicídio e lesões físicas causadas por acidentes, principalmente de trânsito e gerados por violência, etc. (COSTA, 2004).

Por esse motivo, é necessário ter um padrão para os profissionais de saúde prestarem os melhores cuidados aos consumidores de álcool, tabaco e outras drogas, para reduzir as mortes por intoxicação aguda e overdose, além de obter resultados satisfatórios junto a todos aqueles que precisam para garantir uma melhor qualidade de vida e uma reintegração social bem-sucedida, evitando consequências produzidas pelo consumo nocivo dessas substâncias.

2. ATENDIMENTO ABRANGENTE AO CONSUMO NOCIVO DE ÁLCOOL, TABACO E OUTRAS DROGAS

A complexidade da dependência de drogas merece ser gerenciada sob um sistema abrangente, que permita abordar os diferentes problemas associados ao consumo nocivo de substâncias psicotrópicas. Dessa forma, o campo médico, psicológico, social e econômico pode ser coberto, atingindo o objetivo final da participação social ativa e a incorporação de estilos de vida saudáveis, sem recorrer ao uso de drogas (ALMEIDA e SILVA, 2000).

Para Andrade (2008), o gerenciamento abrangente para a reabilitação de pacientes dependentes de drogas seguirá uma estrutura diagnóstico-terapêutica escalonada de acordo com o grau de acessibilidade e especialização de que o indivíduo precisa.

2.1. Primeiro nível de atenção:

Aqui a intervenção começará para esses pacientes, para que, nesse nível, ela seja detectada, tratada, capturada, motivada e encaminhada para outros níveis de atendimento para o início do tratamento. Além disso, nesse nível, as necessidades sociais e de saúde básicas serão atendidas, informações e conselhos serão fornecidos a indivíduos e famílias. E, finalmente, ações para reduzir danos e riscos com o consumo de álcool, tabaco e / ou outras drogas serão contempladas (CAMPOS et. Al, 2010).

O médico ou profissional de saúde que trata esse paciente será diretamente responsável por fazer a referência ao segundo nível de atendimento, capturando a contrarreferência e depois cuidando do seu acompanhamento (ZENI e ARAÚJO, 2011).

2.1.2. Segundo nível:

Esse nível será o eixo fundamental em que a intervenção será desenvolvida nos casos de intoxicação aguda e manejo da síndrome de abstinência quando o quadro clínico o exigir, sempre administrado de maneira interdisciplinar (COSTA, 2004).

Nesse nível, o encaminhamento temporário para centros de maior especialização será decidido de acordo com as características e necessidades do paciente, bem como será mantida uma estreita coordenação com o primeiro nível de atendimento, a fim de favorecer os objetivos de normalização e integração social (RANGÉ e MARLATTI, 2008).

2.1.3. Terceiro nível:

Fornecerá atenção específica no modo residencial, que não poderá ser realizada no segundo nível de atendimento por um tempo necessário. Os Centros de Recuperação trabalham aqui. No entanto, assim que essa fase do tratamento terminar, eles deverão se coordenar com o primeiro nível para a continuação do tratamento (PASCHOAL e AZEVEDO, 2009).

2.1.4. Cuidados pré-hospitalares:

De acordo com Lemos e Zaleski (2004) a pessoa encarregada de cuidar do paciente desde que seja comunicado um evento com risco à saúde, como intoxicação aguda por cocaína, álcool ou outras drogas, até que ele seja admitido em um serviço de emergência do estabelecimento de saúde cuja capacidade de resolução seja adequada.

2.1.5. Plano de tratamento individualizado

Juntamente com o desejo do paciente e dentro de um contexto interdisciplinar e multidimensional, um plano será realizado para alcançar a reabilitação e reintegração social do sujeito. Isso será feito no segundo nível de

atendimento liderado por uma equipe interdisciplinar que inclui médicos internistas, psiquiatras, psicólogos clínicos, enfermeiros, assistentes sociais, educadores etc., que juntos realizarão o plano mais adequado para cada indivíduo e então, será decidido o nível de atendimento necessário ao paciente, fazendo a referência correspondente e monitorando continuamente para garantir a reabilitação e a reintegração social bem-sucedida (HERNANDEZ e PILLON, 2011).

A intervenção médica, psicológica e social são as três intervenções diretas de ação, que devem trabalhar em conjunto com o paciente e seus familiares, garantindo um plano terapêutico específico de acordo com as características físicas, emocionais, econômicas e familiares de cada paciente (GIULIANO e HAUFF, 2007).

2.1.6. Consumo prejudicial

É aquele que, independentemente da quantidade, afeta a saúde física e / ou psíquica sem a existência de sintomas de dependência, tanto em pessoas saudáveis quanto em pessoas que têm uma patologia básica, como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, interações medicamentosas com álcool, gravidez etc.

Genericamente, considera-se que um consumo diário de mais de 60 gramas de álcool em homens e 40 gramas de álcool em mulheres provavelmente causará consequências adversas características do consumo nocivo.

2.2. Prevenção programas eficazes

Para Costa (2004), embora programas eficazes de prevenção estejam disponíveis para diferentes estágios da vida, os mais eficazes são direcionados a crianças e adolescentes. Estudos demonstram que, quanto mais cedo a prevenção é realizada, maior a probabilidade de obter resultados positivos a longo prazo.

Para Campos, Faria, Santos (2010, p. 23):

[...] Existem fortes evidências epidemiológicas que mostram que quanto mais tempo o início do uso de álcool e drogas puder ser adiado, menor a probabilidade de desenvolver dependência do álcool e de outras drogas (CAMPOS, FARIA, SANTOS, 2010, p. 23).

Portanto, intervenções de prevenção voltadas para crianças e adolescentes são consideradas aspectos essenciais de programas eficazes de prevenção.

Para Almeida (2000), embora a maioria dos esforços de prevenção geralmente se concentre em adolescentes - a idade em que o uso de álcool e drogas é iniciado principalmente - os esforços de prevenção podem ser direcionados a populações mais jovens, incluindo pré-escolares. As intervenções mais eficazes são adaptadas ao nível de desenvolvimento das crianças, seus modelos e suas principais influências sociais em cada estágio.

O preparo do profissional para atender o usuário segundo Giuliano e Hauff (2007), numa abordagem preventiva

[...] só pode ser alcançada se realiza uma identificação de todos os pacientes adultos para determinar se são pessoas com consumo de risco ou álcool nocivo, incluindo padrões de consumo ocasional excessivo (GIULIANO E HAUFF, 2007, p. 56).

Para o autor, é necessário realizar um estudo amplo, uma opção viável é não limitar o estudo a grupos de alto risco ou situações específicas. Esses grupos podem incluir homens jovens ou de meia idade. Não existe alguma evidência sobre quantas vezes isso deve ser feito a avaliação de um possível risco ou consumo prejudicial às drogas. Se não houver fatores clínicos que o justifiquem, provavelmente não deve ser feito mais de uma vez por ano.

De acordo com Lemos e Zaleski (23004) explica que as perguntas mais simples inicialmente a serem feitas são aquelas relacionadas com consumo de álcool. Procurando saber a frequência de consumo; o segundo valorizar a quantidade de álcool bebido em um dia de consumo normal, e o terceiro sobre a frequência de episódios de alto consumo de álcool. A identificação do tipo de

consumo de álcool de um paciente se sai muito melhor quando incorporado às práticas clínicas de rotina; como isso, ao planejar programas de prevenção, é especialmente importante garantir que eles sejam direcionados adequadamente à população-alvo.

Almeida (2000) fala do atendimento dispensado no Centro de Atenção Psicossocial, em que as evidências parecem sugerir que os profissionais de saúde primária deve realizar uma intervenção mínima e fornecer aconselhamento a pacientes cujo consumo de álcool seja 280g ou mais por semana, ou cujo consumo semanal seja igual ou superior a 140g. Estes pontos de corte devem ser ajustados, dependendo dos critérios e Avaliações específicas.

Portanto, no trabalho realizado de atendimento a essa população alvo, o profissional segundo Fonseca (2007), na estrutura em que eles desenvolvem as intervenções breves podem incluir: dar feedback (feedback) ou fazer uma observação ao paciente sobre o fato de que seu padrão de consumo é apenas dentro da estrutura de consumo de risco; fornecer informações sobre danos causados pelo consumo continuado de álcool em níveis de risco; facilitar o estabelecimento de metas para que o paciente possa mudar seu hábito de consumo; fornecer conselhos sobre limites para reduzir o consumo semanal de álcool para 280g ou mais. menos em homens e 140g ou menos em mulheres; e incentivar a ideia de que os consumidores de risco não são dependentes e que isso pode mudar seus hábitos de consumo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o trabalho desenvolvido pelo profissional com competência no trabalho de orientação e intervenções são eficazes no Centro de Atenção Psicossocial para Álcool e Outras Drogas, contribuindo assim para reduzir os problemas de consumo de álcool entre outras drogas. Um em cada oito pacientes tratados se beneficia desse tipo de intervenção. Não há evidências para sugerir um efeito dose-resposta e nada indica que intervenções mais extensas são

mais eficazes do que tratamentos breves. Certamente, o efeito é mantido por pelo menos um ano e pode durar até quatro anos.

Compreende-se que, se um profissional de cuidados primários iniciar uma nova atividade, fornecendo orientações breves a pacientes cujo consumo de álcool e outras drogas é arriscado ou prejudicial à saúde, eles prestarão um serviço importante e benéfico à população que comparecerá à consulta.

Portanto, fornecer orientação e oferecer suporte com base na prática aumenta as taxas de identificação e aconselhamento psicológico, embora o suporte seja limitado a uma visita de prática, com aconselhamento contínuo o resultado será provavelmente alcançado. O fornecimento de materiais de treinamento e suporte para a consulta parece igualmente eficaz, mas o fornecimento de ambos ao mesmo tempo é ainda mais eficaz do que cada um separadamente. Não parece que um suporte mais intensivo seja necessariamente melhor do que um suporte menos intensivo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. P.; SILVA, M. T. A. **Histórico, efeitos e mecanismo de ação do êxtase (3-4 metilendioximetanfetamina):** revisão da literatura. Rev. Pan Americana Saúde Pública, São Paulo, v. 8, n. 6, 2000.

ANDRADE, A. G. **A importância do conhecimento científico no combate ao uso nocivo de tabaco, álcool e drogas ilícitas.** Rev. Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 35. 2008.

CAMPOS, F.H.C.; FARIA, H.P.; SANTOS, M. A. **Planejamento e Avaliação de Saúde.** 2 ed. Belo Horizonte. Ed. UFMG, 2010.

COSTA, et. al. **Consumo abusivo de álcool e fatores associados: estudo de base populacional.** Rev Saúde Pública, São Paulo, v. 38, n. 2, p. 284-291. 2004.

FONSECA, A. **Tabaco e Tabaquistas.** Arq. Medicina, Portugal, v.21, n. 5, p: 183-93, 2007. Acessado em 27/02/2020 em

<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/am/v21n5-6/v21n5-6a08.pdf>. ISSN 0871-3413.

GIULIANO, I.; HAUFF, S. **O tabaco e a Infância**. Rev. Ass. Med. Bras. São Paulo, v. 53, n. 1, p:1-2, 2007.

HERNANDEZ, C. M. S; PILLON, S. C. **Tabagismo entre estudantes universitários: caracterização do uso na visão de estudantes**. Rev. Latino Americano de Enfermagem, Ribeirão Preto, v. 19. 2011.

LEMOS, T.; ZALESKI, M. **As principais drogas: como elas agem e quais os seus efeitos**. Rev. Saúde Pública, São Paulo, p. 16-29, 2004.

MARTINS, M. C.; PILLON, S. C. **A relação entre a iniciação do uso de drogas e o primeiro ato infracional entre os adolescentes em conflito com a lei**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.24, n. 5, p. 1112-1120. 2008

PASCHOAL, C. P.; AZEVEDO, M. F. **O cigarro como um fator de risco para alterações auditivas**. Braz J Otorhinolaryngol, v. 75, n. 6.p: 893-902, 2009.

RANGÉ, B.P.; MARLATTI, G.A. **Terapia Cognitivo Comportamental de Transtornos de Abuso de Álcool e Drogas**. Rev. Brasileira Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 30, p. 88-95. 2008.

ZENI, T. C.; ARAÚJO, R. B. **Relação entre o craving por tabaco e o craving por crack em pacientes internados para desintoxicação**. J. Brasileiro de Psiquiatria, Rio de Janeiro, v. 60, n. 1, p: 28-33, 2011.

-O DIREITO DE UNIÃO ESTÁVEL NAS RELAÇÕES POLIAFETIVAS

Amanda Barbosa Sicóti²

Paulo Fernando Scneider³

RESUMO

O objetivo do presente artigo é transferir conhecimento e elucidar pessoas que não conheçam ou não possuam um conhecimento formado sobre o tema, demonstrar que os casais poliafetivos possuem sim um amparo legal para o reconhecimento da união estável preenchendo os requisitos necessários, além de possuir amparo princípio lógico para o feito, outrossim desmistificar pensamentos vagos sem nenhuma fundamentação e os tabus levantados pela sociedade atual. Para produção deste artigo, foi utilizada a forma descritiva com a atualidade e meio que vivemos, por meio de pesquisas bibliográficas, sites, periódicos, acerca do tema discutido, que busca como resultado demonstrar a possibilidade real da realização da união estável nas relações poliafetivas, sem impedimento legais para o ato, partindo da premissa que todo ser humano possui direito à liberdade e a humanidade em primeiro lugar.

Palavras-chave: Casais, Poliafetivos, União Estável, Liberdade, Tabus, Ser Humano.

RESUME

The purpose of this article is to transfer knowledge and elucidate people who do not know or do not have a knowledge formed on the topic, to demonstrate that polyfaffective couples do have legal support for the recognition of a stable union, fulfilling the necessary requirements, in addition to having a support principle. logical for the deed, also demystify vague thoughts without any reasoning and the taboos raised by today's society. For the production of this article, we used the descriptive form with the current and medium that we live, through bibliographic research, websites, journals, about the topic discussed, which seeks as a result to demonstrate the real possibility of achieving a stable union in poly-affective relationships, without legal impediment to the act, based on the premise that every human being has the right to freedom and humanity in the first place.

² UNIVAG – Centro Universitário. Área do Conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Direito. Aluna da disciplina de TCC II, Turma DIR 15/1C. E-mail – amandasicoti46@gmail.com.

³ UNIVAG – Centro Universitário. Área do Conhecimento de Ciências Sociais Aplicadas. Curso de Direito. Especialista em Docência do Ensino Superior. Orientador. E-mail – pauloschneider10@gmail.com

Keywords: Couples, Poliaffective, Stable Union, Freedom, Taboos, Human Being.

1 INTRODUÇÃO

Para dar início ao presente artigo é importante uma pequena explicação sobre o instituto do casamento, esse que é constituído de forma contratual, cuja relevância é necessária ser preenchidos requisitos formais e solenes para a então união, entre homem e mulher, perante a sociedade, para fins de constituição de uma família. Mas, como a sociedade evolui, as necessidades humanas também evoluem. O casamento não satisfazendo as vontades do homem e mulher, se fez necessária a criação de um novo instituto: a união estável.

A união estável nem sempre esteve presente em nosso ordenamento jurídico, como exemplo não estava presente no Código Civil de 1916, sendo introduzida a partir da Constituição da República Federativa do Brasil 1988, que instituiu o “novo” conceito de família, aduzindo que família é constituída por pais e filhos, para construção de um lar, sempre com a autoridade patriarcal bem acentuada, hoje em dia com outras interpretações, novos arranjos familiares. A família não é apenas a figura paterna, do homem, mas a atividade é partilhada entre o casal.

A união estável homoafetiva é um tema recente que foi pacificado em maio de 2011, pelo Supremo Tribunal Federal, permitindo ao Brasil o título de 1º país a ter este tipo de reconhecimento de união estável por decisão judicial.

A relevância deste trabalho é que ele responde a uma série de questões que surgem em torno do poliamor, essa nova maneira de viver a família tão pouco conhecida em nosso país, mas que, aos poucos, é cada vez mais presente na sociedade.

Precisamente, a importância em discutir esse tema é uma forma de compreender as relações interpessoais que podem ser inclusas ou não no conceito de família, uma vez que esse reconhecimento teria consequências importantes do ponto de vista da proteção pelo aparato estatal e instâncias superiores. Dessa forma, surge o problema da pesquisa: O obstáculo para o reconhecimento da relação poliafetivas e a ausência de leis sobre o tema por parte do judiciário deste tipo de união fere o princípio da dignidade humana?

Portanto, justifica-se este estudo em analisar as relações poliamoristas sob a luz da viabilidade jurídica enquanto entidade familiar, conferindo os efeitos legais e apresentando os elementos caracterizadores dessa união de fato, uma vez que a análise proposta neste estudo é de extrema relevância social e jurídica, uma vez que a união estável poliafetiva não é um tema recorrente, tão pouco conhecido por muitos. Imagine uma trisal, como são chamadas, as três pessoas que partilham de um mesmo relacionamento, sim é possível, amar mais de uma pessoa e deixar claro para toda a sociedade.

Porém, apesar da clareza dessa relação, não cabe a união estável a declaração desta união. O Conselho Nacional de Justiça, em junho de 2018, proibiu que os cartórios do Brasil lavrassem este tipo escrituras públicas, com justificativa que a união estável poliafetiva não cumpre os requisitos para reconhecimento de união estável, mas a votação dividiu as opiniões no plenário do Conselho Nacional de Justiça e de muitos brasileiros, que há anos já possuem esse tipo de relacionamento.

O tema em questão trata-se de um assunto que necessita de amparos legais, dado que, com o crescimento das novas gerações surgiu a necessidade de discussão no âmbito nacional, pois, é um tema que ainda não há solução jurídica, mas precisa ser questionado, uma vez que o Estado tem obrigações positivas com o objetivo de proteger o direito à vida familiar.

Este artigo tem por objetivo estudar os relacionamentos poliafetivos sob a luz do princípio da dignidade humana, embasado no art.5º da Constituição

Federativa de 1988 e seus impeditivos. Com a finalidade de demonstrar que é possível o reconhecimento de união estável em relacionamentos poliafetivos, além dos requisitos presentes para que isso ocorra, pois, a Constituição da República Federativa do Brasil elenca os direitos de todo brasileiro, dentre eles o direito à dignidade da pessoa humana, um direito fundamental, que deve ser respeitado, sendo inviolável.

2 DIREITO DE FAMÍLIA E SUAS CARACTERÍSTICAS

Para Beviláqua (1937) o direito de família é:

[...] o complexo de normas que regulam a celebração do casamento, sua validade, e os efeitos que dele resultam, as relações pessoais e econômicas da sociedade conjugal, a dissolução desta, a união estável, as relações entre pais e filhos, o vínculo do parentesco e os institutos complementares da tutela e curatela (BEVILÁQUA, 1937, p.6).

Beviláqua em 1937 trouxe um conceito, usado até os dias atuais, pois bem, o direito de família veio para regular as relações interpessoais, para regulamentar as relações familiares, dando um norte sobre, regime de bens, herança, alimentos e outros direitos contidos dentro do Código Civil de 2002, que é tido como meio regulador para esses tipos de conflitos.

O século XX foi um século especial para o direito de família, um momento de conquistas. Foram atribuídos direito aos filhos que não eram legítimos, as mulheres que não eram de fato casadas. Foi então admitida e pacificada a criação da união estável, a mulher se tornou um ser de direito, enfim. Visto que séculos atrás era totalmente submissa ao homem, o poder patriarcal que diminuía muitas vezes a capacidade das mulheres foi deixado de lado.

O direito de família é um ramo entre muitos no direito. Porém, se diferencia muito dos outros, este ramo envolve juristas, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, mediadores e muito além dos profissionais, envolvem pessoas que estão em um momento frágil, muitas vezes dramático da vida, pois, o direito de família envolve filhos que são disputados por pais divorciados, que foram

abandonados pelos pais, e precisam de auxílio, família que perderam entes, família em disputa, um momento delicado, apenas quem passa por isso consegue se identificar. Dentre muitas as características contidas salienta. Venosa (2013):

[...] Característica presente dos direitos de família, quando examinados sob o prisma individual e subjetivo, é sua natureza personalíssima. Esses direitos são, em sua maioria, intransferíveis, intransmissíveis por herança e irrenunciáveis. Aderem indelevelmente à personalidade da pessoa em virtude de sua posição na família durante toda a vida. Desse modo, o pátrio poder ou poder familiar e o estado de filiação são irrenunciáveis: ninguém pode ceder o direito de pedir alimentos, ninguém pode renunciar ao direito de pleitear o estado de filiação (VENOSA 2013, p. 14).

No Brasil, a Constituição de 1988 trouxe inovações e modernidade ao direito de família. O reconhecimento da união estável como entidade familiar (art. 226, § 7º) representou um grande avanço na sociedade que temos hoje em dia. Dentre as inovações foram acrescentados os princípios norteadores, basilares para o direito de família, no ensejo que cita o princípio da à dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), princípio constitucional da igualdade jurídica dos cônjuges e dos companheiros (art. 226, § 5º) e igualdade jurídica absoluta dos filhos, não importando sua origem ou a modalidade de vínculo (art. 227, § 6º), o princípio da paternidade responsável e o respectivo planejamento familiar (art. 226, § 7º), o princípio da afetividade, não menos importante, entre outros.

2.1 O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA

Lôbo (2009) entende que “A dignidade da pessoa humana é o núcleo existencial, essencialmente comum a todas as pessoas humanas, como membros iguais do gênero humano, impondo-se um dever geral de respeito, proteção e intocabilidade”.

A Constituição Federal de 1988 trata do princípio da dignidade humana, como princípio fundamental, que busca trazer o mínimo ético para as pessoas que aqui vivem.

A Dignidade da pessoa humana está prevista em nossa Lei Maior, em seu art. 1º, III, CFRB/88, *ipsis litteris*:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

III - a dignidade da pessoa humana;

IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V - o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Este princípio tem a força de assegurar a dignidade de cada pessoa, dignidade essa que lhe é furtada quando é impedida de obter uma declaração de uma relação que para ela é considerada família. Uma união é fruto de amor e respeito dentro da relação *poli* quando se trata de união entre mais de 2 pessoas, sendo elas do mesmo sexo, ou não.

O jurista brasileiro Sarlet (2001) traduz o princípio da dignidade humana como:

[...] qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão dos demais seres humanos (SARLET 2001, p.60).

Como se pode vislumbrar a dignidade humana está em todo canto, todos já ouvimos pelo menos 1 vez na vida essas palavras. Outrossim a dignidade humana está intimamente ligada ao tema deste trabalho, pois, todos temos a oportunidade de tomar nossas decisões, ainda, que questionada por muitos.

Barcellos (2002) trata o princípio da dignidade humana como princípio de conteúdo aberto, que varia de acordo com a circunstância, que é composto por núcleos básicos que compõe a dignidade humana, dentro destes estão a liberdade

e igualdade e o mínimo existencial, este que oferece a mínima dignidade a pessoa de forma não apenas física, mas intelectual e espiritual.

2.2 Os Novos Arranjos Familiares do século XXI

O casamento tradicional, como é hoje entendido, consiste em um casamento heterossexual, no qual a mulher é responsável por cuidar dos filhos e da casa da família, enquanto o marido é considerado o "provedor", enquanto o papel é apoiar a família financeiramente através do exercício de uma profissão. Segundo Lima (2019), originalmente a coabitação como casal de direito comum era concebida como uma coabitação heterossexual que, em muitos casos, terminava com a celebração do casamento entre pessoas que coabitavam, especialmente quando tinham filhos ou pretendiam tê-los. Da mesma forma, nas origens foi baseado em uma relação paternofilial em que a figura do pai concentrou todo o poder.

Razões peculiares e em diferentes sociedades deram origem a novas estruturas atípicas de família, como discorre Pilão (2017):

[...] Novos arranjos familiares despontaram no século XX, em alguns países que passaram a legislar em favor do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Deve-se dizer que esse foi um passo de especial relevância para a comunidade homossexual (PILÃO, 2017, p.34).

Assim, a família não é mais concebida exclusivamente como um casamento entre um homem e uma mulher, mas também deu lugar a casamentos do mesmo sexo. De acordo com Pilão (2017), a recente legalização do casamento gay em determinados países, bem como a forte mediação que esse processo teve, sugerem que, em um futuro próximo, o número de países que regularão as uniões entre pessoas do mesmo sexo será cada vez maior.

Assim, Pompeu (2018) adverte quando a mudança no direito matrimonial e familiar finalmente ocorre, uma nova fase é vivenciada, pois é codificada uma mudança nas normas e representações morais, com a qual o tabu

da separação matrimonial perde a autoridade moral, determinante das ações e, assim, inicia um tipo de normalização da separação:

A complexidade da família, nas sociedades, é tal que é difícil oferecer uma definição que reflita a variedade de modelos que ela apresenta. Como Gagliano (2014) aponta, as definições de família elaboradas nas últimas décadas: "grupo de pessoas relacionadas entre si que vivem juntas" ou "grupo de ascendentes, descendentes, colaterais e relacionados a uma linhagem" - não refletem sua complexidade “

Segundo o autor, também não é possível apresentar uma definição que abarque todos os tipos de modelos familiares possíveis por outros campos científicos, como, por exemplo, os dados demográficos: unidade estatística complexa de natureza econômico-social, constituída pelo grupo de indivíduos que geralmente compartilha uma casa e faça suas refeições em comum.

Assim, uma nova forma de vida familiar proliferou segundo Dias (2007). São diferentes tipos de arranjos: família monoparental: quando apenas um dos pais cuida da unidade familiar e, portanto, cria os filhos. É mais comum a mãe ficar com os filhos, embora também haja casos em que os filhos ficam com o pai; **famílias homoparentais:** esse tipo de família é caracterizado por ter dois pais ou duas mães homossexuais que adotam um filho, **famílias reconstituídas, montadas ou compostas:** são formados pelos filhos biológicos do pai e pelos filhos biológicos da mãe. São, portanto, padrastos que formam uma família por terem se juntado aos pais depois de se separarem dos parceiros anteriores; **Famílias de três gerações ou mais:** são formados por membros pertencentes a diferentes gerações que vivem juntos. Por exemplo, uma família formada por um casal - pai e mãe -, filhos e avô, **famílias adotivas:** um casal ou um adulto com um ou mais filhos adotivos, **famílias anfitriãs:** um casal ou um adulto sozinho decide receber um ou mais filhos em sua casa até encontrar um lar permanente, **famílias sem filhos:** são formados por dois adultos, heterossexuais ou homossexuais, que não têm filhos, porque decidiram ou porque conseguiram,

família de avós: esse tipo de família ocorre quando os avós cuidam dos netos, porque os pais os abandonaram, morreram ou têm dependência ou problemas legais;

O conceito de família na sociedade foi transformado com o passar do tempo e com o produto de modificações sociais dos diferentes eventos e experiências vividos. No entanto, pode-se afirmar que a família ainda é apreciada como um núcleo fundamental da sociedade.

Portanto, o que está claro, que não existe mais um modelo familiar único e pré-estabelecido, as possibilidades são diversas e estão expostas a inúmeras mudanças ao longo do tempo, dessa forma, a família não deve ser entendida como estática, mas sim algo dinâmico e em um processo de evolução contínua.

2.3 União Estável Homoafetiva

Antigamente não era nada comum ver duas pessoas do mesmo sexo, andando pelas ruas de mãos dadas, se beijando, mas afinal, o que tinha de errado nisso? Todo sem exceção tem esse direito, o direito de amar, o direito de afeto, respeito, o direito de ser feliz.

A união estável deu um passo importante, gigante ao desenvolvimento e mudanças nas relações humanas, em maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal decidiu pelo reconhecimento de união estável nas relações homoafetivas ao julgarem a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, reconheceram a união estável para casais do mesmo sexo. Ocorrido impensável a alguns anos atrás, e que agora apesar de todo preconceito, vários tabus foram derrubados.

Nada mais coerente que o reconhecimento da união estável homoafetivas, visto que, os requisitos foram preenchidos, como demonstrado pelo art. 1723, do Código Civil, “É reconhecida como entidade familiar a união

estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”.

O ministro Celso de Melo em votação da ADI 4.277 / DF diz que um dos requisitos do art. 1723, do Código Civil, “É reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher [...]’ nada importa, pois, como guardião da constituição ele zela pelo direito das minorias, assim como, o direito das maiorias é descabido não reconhecer a união estável, haja vista que os outros requisitos estão devidamente preenchidos, considerando pleno o direito de união estável para pessoas do mesmo sexo.

Vale ressaltar palavras usadas por Marcos Aurélio no julgamento da ADPF 132, “ Vale dizer: ao Estado é vedado obstar que os indivíduos busquem a própria felicidade [...] ” , todo indivíduo tem o direito de buscar sua própria felicidade, desde que não fira o direito de ninguém, as relações poliafetivas, estão carentes de regulação, não adianta deixar o assunto embaixo do tapete, porque as relações vão continuar surgindo na medida que o tempo for passando, e uma desigualdade de direitos tem que ser sanada da forma mais rápida e eficiente possível.

O reconhecimento gerou grande impacto na sociedade brasileira, mas este tipo de relação vem acontecendo cada vez mais, em grande escala, e cada dia é mais comum. Nada mudou só se implementou.

Constitucionalmente falando, todo homem e mulher têm direito sem distinção de sexo assegurada dentro os direitos de constituir família, de ser feliz, o princípio da dignidade da pessoa humana insere-se nos primeiros artigos das normas constitucionais, a dignidade da pessoa humana integra a própria condição da pessoa.

2.3.1 Definição e conceito de Poliamor

Poliamor do grego πολύ, que significa poli, vários, amores, é o desejo de ter vários relacionamentos e todos com conhecimento disso. Todos cientes de todas as relações em harmonia conforme conceito utilizado pela Wikipédia e estudos realizados pela professora Doutora Sandra Elisa de Assis Freire.

Para Pilão (2017) o poliamor é traduzido como:

[...] O termo poliamor, criado nos anos 1990, nos Estados Unidos, se refere à possibilidade de estabelecer múltiplas relações afetivo-sexuais de forma concomitante, consensual e igualitária. É possível classificar três modelos básicos de relação poliamorista que se dividem em “abertas” e “fechadas”. Isso é, no primeiro caso, há a possibilidade de novos amores e, no segundo, temos a “polifidelidade”, ou seja, a restrição das experiências amorosas: 1- “Em grupo”. Quando mais de duas pessoas têm relações amorosas entre si; 2- “Rede de relacionamentos interconectados”. Quando cada poliamorista tem mais de um relacionamento em casal – ou seja – os parceiros de uma pessoa não o são entre si; 3- “Mono/poli”. Quando um dos parceiros tem mais de um relacionamento e o outro, por opção, limita-se a um único parceiro (PILÃO, 2017, p. 9).

Para o jurista Gagliano (2014) caracteriza as relações poliamoristas como:

[...] teoria psicológica que começa a descortinar-se para o Direito, admite a possibilidade de coexistirem duas ou mais relações afetivas paralelas, em que os seus partícipes conhecem e aceitam uns aos outros, em uma relação múltipla e aberta (GAGLIANO, 2014, 2008).

Como foi dito pelo autor, é uma relação múltipla com consentimento de todos os envolvidos, essa prática já ocorre bem antes, das polêmicas que fizeram o Conselho Nacional de Justiça proibir os cartórios a lavrar escritura pública, ainda que, de forma declaratória.

2.3.2 Polêmica envolvendo a união Estável Poliafetiva

No Brasil, tivemos uniões poliafetivas reconhecidas em 2012, no município de Tupã no estado de São Paulo, onde um homem e duas mulheres conseguiram a lavratura de escritura pública, outro caso em 2015, no Rio de

Janeiro, envolvendo três mulheres, foram registrados e obtiveram reconhecimento oficial, de acordo com o Instituto Brasileiro de Direito de Família.

No dia 26 de junho 2018, o Plenário do Conselho Nacional de Justiça decidiu proibir os cartórios brasileiros para fazerem o registro de uniões poliafetivas, formadas por três ou mais pessoas, em escrituras públicas. Porém não foi por unanimidade, o ministro João Otávio de Noronha em seu voto diz que:

[...] família não é um fenômeno da natureza, mas da cultura, que se transforma historicamente; possui conformações diferentes a depender da área geográfica em que seja formada; também possui aspectos antropológico, social e jurídico. Suas características refletem a sociedade de seu tempo e lugar, o que a faz um fenômeno social e cultural (PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS - 0001459-08.2016.2.00.0000. Pág. 7).

Como aduzido pelo ministro Noronha as relações entre as pessoas se modificam com o tempo e não pode ser ignorado, o ordenamento que é necessário se adaptar com as mudanças, nas relações, independente de qual for.

A união estável se difere do casamento. A união estável está alicerçada no artigo 1.723 do Código Civil, qual diz que homens/mulheres precisam ter uma relação contínua, duradoura, de conhecimento público e com fim de constituir família, requisitos que não divergem das vontades dos poliamoristas.

Não distante desse pensamento Lôbo alega que “onde houver uma relação ou comunidade unidas por laços de afetividade, sendo estas suas causas originárias e final, haverá família”.

2.3.4 Legalidade nas Uniões Estáveis das Relações Poliafetivas

João Otávio de Noronha em seu voto do pedido de providências processo nº 0001459-08.2019.2.00.0000 diz que o poliamor no Brasil é um tema recentíssimo, se no mundo começou a surgir na década de 90, no Brasil surgiu

em 2012. Ainda para Noronha a família é cercada de transformações sociais e culturais, ele ainda salienta que as pessoas que são adeptas das relações poliafetivas não vão deixar de praticá-la por conta da proibição da união estável, ou de mera formalidade, elas vão continuar existindo, vão continuar com seus ideais. E não a nada de imoral, ou contra religião, todos temos o direito de fazer nossas escolhas e de nos expressar com liberdade naquilo que acreditamos, conforme art. 5, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Questionamentos foram levantados acerca da possível confusão com bigamia, mas a bigamia é um crime. do Código Penal no art. 235 que tem como pena de reclusão àquele que contrair, sendo casado, novo casamento. A união poliafetivas não significa dizer que exista celebração de dois ou mais casamento, o que existe é uma união, por opção, das pessoas que nela se querem manter, permanecer.

Nas uniões estáveis poliafetivas, as pessoas envolvidas na relação, não praticam 2 ou 3 uniões por vezes, todas praticam no mesmo momento, de uma vez só, o que impede rumores sobre a quantidade de relações estabelecidas, elas procuram apenas a declaração de uma relação, pacífica, pública, que envolve afeto, amor e felicidade com a busca da felicidade.

Aborda-se novamente o art. 1723 do Código Civil e novamente apresenta-se a ideia que as relações poliafetivas também são públicas, contínua, duradoura, tem como objetivo construir família e não apresenta impedimentos para o feito, como dito não é caso de bigamia, sobre sua validade caberá ao magistrado analisar cada caso para dizer se realmente existe algum empecilho.

Quanto a validade da escritura não a de ser falar em nulidade pois conforme preleciona o artigo 166 do Código Civil, o negócio é realizado por pessoa capaz, com objeto lícito, possível, com pessoas determináveis, motivado, não tem por objetivo fraudar a lei em momento algum, ou seja, totalmente

possível, assim como as uniões homoafetivas, foram crescendo e tomando respeito por toda cenário nacional, as uniões poliafetivas aos poucos vão conquistar o espaço.

Ademais, para Villela (1997) família é:

[...] A família hoje, expressa um espaço em que uma busca a realização de si mesmo, através do outro ou de outros, e não mais de uma estrutura em que os indivíduos estejam submetidos a fins do entorno social que os envolvia, particularmente o Estado e a Igreja. Cada indivíduo busca na família sua realização, seu próprio bem-estar (VILLELA, 1997, p.72).

Como refletido na fala do autor, a família na sociedade do século XXI, após o colapso do patriarcado devido à perda de sua legitimidade, será fundamentalmente democrática. Sua constituição e manutenção serão o resultado de livre associação e consenso entre pessoas independentes e autônomas, e não mais de necessidade econômica ou falta de alternativas, como era o caso no passado. Um dos requisitos essenciais para a viabilidade dessa nova família pós-patriarcal é a igualdade sexual (nas diferentes relações). Homens e mulheres devem poder participar, em igualdade de condições e sem penalidades excessivas, tanto na esfera pública quanto na privada.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos concluir, por meio da análise realizada ao longo deste trabalho, que essa nova forma de vida familiar conhecida como poliamor encontra um lugar no conceito de família que deve ser incluído no sistema jurídico brasileiro e, mais especificamente, diante da construção de amplos preceitos legais que permitem a adaptação do direito às realidades sociais de cada momento histórico, bem como a uma jurisprudência que exerce um trabalho integrador, permitindo incluir diferentes tipos de vida familiar nesse conceito.

Embasado em diferentes autores que deram sustentação a este estudo, note-se que, dada a novidade que apresenta, alguns aspectos precisam ser levantados em consideração em nosso sistema jurídico. Em primeiro lugar, deve-

se especificar que não é necessário um regulamento específico para cada tipo de situação jurídica, como o poliamor, mas que é suficiente a elaboração adequada de regras gerais que sirvam de espinha dorsal para a sociedade. Nesse ponto, a autonomia da vontade desempenha um papel importante, que deve ser regulamentado, que contempla que as partes contratantes possam estabelecer os convênios, cláusulas e condições que considerem convenientes, desde que não sejam contrárias às leis, ordem moral ou pública. No caso do poliamor, os limites são dados pelas normas imperativas relacionadas à proteção dos menores, por se tratar de uma questão considerada de ordem pública.

De fato, a evolução do direito de família, vem trazendo novos arranjos familiares, para sociedade brasileira. A evolução é linda, e a medida que a sociedade cresce e evolui as necessidades de adaptação vem surgindo e crescendo na mesma medida, pois, assim como todos somos obrigados a votar, exercer o papel de cidadão, o nosso legislativo tem o dever/obrigação de legislar para todas, não apenas para maioria. A união estável tem tudo para ser considerada válida no nosso ordenamento jurídico, visto que, requisitos são preenchidos e pessoas vivem nessa situação dia-a-dia, não será uma mera formalidade que irá impedir as pessoas de serem livre, para se relacionar com quem as faz feliz.

Portanto, deve-se concluir que, para garantir a proteção e interesses dos membros da relação poliamorosa deve haver mudanças, a fim de incluir as diferentes formas de convivência entre pessoas que existem e que podem surgir no futuro, pois ficou claro neste estudo que não existe mais um modelo familiar único e pré-estabelecido, mas as possibilidades são diversas e estão expostas a inúmeras mudanças ao longo do tempo, portanto a família não deve ser entendida como estática, mas sim algo dinâmico e em um processo de evolução contínua.

REFERÊNCIAS

Assessoria de Comunicação do IBDFAM **A ausência do poliamor na jurisprudência brasileira.** Disponível em: <<http://www.ibdfam.org.br/noticias/6373/A+aus%C3%Aancia+do+poliamor+na+jurisprud%C3%Aancia+brasileira>> 07/10/2019.

BARCELLOS, Ana Paula. **A eficácia jurídica dos princípios constitucionais: o princípio da dignidade da pessoa humana.** Rio de Janeiro. Renovar. 2002.

BEVILAQUA, Clóvis. **Código i civil dos estados unidos do Brasil comentado.** 5. ed. São Paulo: Francisco Alves, 1937. p. 6.

BRASIL, **Código Civil de 2002.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm> Acesso em, 05/10/2019

BRASIL. **Constituição Federal de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm> Acesso em 04/10/2019.

BRASIL. **Decreto lei nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940. 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm> Acesso em 04/10/2019

CNJ julga legalidade de união poliafetiva. <<https://oglobo.globo.com/sociedade/cnj-julga-legalidade-de-uniao-poliafetiva-22682855#ixzz5R0XjUnGb>>. 18/09/2019

Conselho Nacional de Justiça. **Pedido de Providências do processo 0001459-08.2016.2.00.0000.** Processo Judicial Eletrônico. Disponível em <<https://www.jota.info/wp-content/uploads/2018/08/a76994fe42703dab2c66aad9f04c56a9.pdf>> Acesso em 04/10/2019.

DIAS, Maria Berenice. **Direito das Famílias. 4 ed. rev., atualizada e ampliada.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, volume 5: direito de família/Maria Helena Diniz.** – 25. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2010.

FREIRE, Sandra Elisa de Assis. **Poliamor, uma forma não exclusiva de amar: correlatos valorativos e afetivos.** Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6928/1/arquivototal.pdf>> 03/10/2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil, volume 6: direito de família: as famílias em perspectivas constitucional** / Pablo Stolze Gagliano, Rodolfo Pamplona Filho. - 4ª ed. rev. e atual. - São Paulo: Saraiva, 2014.

LIMA, Luís. **CNJ julga legalidade de união poliafetiva.** <<https://oglobo.globo.com/sociedade/cnj-julga-legalidade-de-uniao-poliafetiva-22682855#ixzz5R0XjUnGb>>. 18/09/2019

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Entidades Familiares Constitucionalizadas: Para Além Do Numerus Clausus.** Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/_img/congressos/anais/193.pdf> 22/09/2019.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Famílias.** 2º ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

PILÃO, Antonio Cerdeira. **“Por que somente um amor?”: um estudo sobre poliamor e relações não-monogâmicas no Brasil.** (Tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2017. p. 9, 34.

POLIAMOR. In: Wikipédia: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Poliamor>> 23/09/2019.

POMPEU, Ana. **Reconhecimento da união homoafetiva pelo STF vira patrimônio da humanidade.** Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-dez-12/reconhecimento-uniao-homoafetiva-vira-patrimonio-humanidade>> 15/09/2019

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais.** 2ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001. p. 60.

Supremo Tribunal Federal. **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.277 DISTRITO FEDERAL.** Voto do Ministro Celso de Mello. 05/05/2011. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/voto-ministro-celso-mello-uniao.pdf>> Acesso em 06/10/2019.

Supremo Tribunal Federal. **Arguição De Descumprimento De Preceito Fundamental 132** Rio De Janeiro. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628633>> 22/09/2019.

VENOSA, Silvio de Santo. **Direito civil: direito de família** / Sílvio de Salvo Venosa. - 13. ed. - São Paulo: Atlas, 2013. p. 14.

VILLELA, João Batista. **A nova família: problemas e perspectivas.** Organizados Vicente Barreto. Rio de Janeiro Renovar, 1997. p.72.

ESTRESSE E ANSIEDADE: PROCESSO REFLEXIVO SOBRE O PAPEL DO PROFESSOR

Luíz Adriano Carvalho⁴

RESUMO

Este estudo procura enfatizar a respeito do trabalho dos professores, incluindo um processo de reflexão sobre o papel que desempenha. A abordagem teórica desta pesquisa estabelece um constructo que fornece abordagens históricas e atuais da evolução científica do conhecimento sobre o estresse, a metodologia inclui uma investigação de transecção descritiva não experimental, descritiva, o que é relevante para entender isso como uma primeira abordagem ao estresse do estudo em questão da profissão docente. Os resultados permitem avaliar um conjunto de manifestações psicossomáticas do estresse que cerca esta profissão. É este um padrão de pesquisa que mostra o tema do estresse na profissão docente, permitindo um conjunto de informações relevantes e gerando iniciativas para ampliar o arcabouço da pesquisa em questão de fundamental importância social para o desenvolvimento humano, que configura e procura entender um dos protagonistas do processo educacional.

Palavras Chaves: Depressão, Professor, Estresse Psicossomático, Sintomas

ABSTRACT

This study seeks to emphasize the work of teachers, including a process of reflection on the role it plays. The theoretical approach of this research establishes a construct that provides historical and current approaches to the scientific evolution of knowledge about stress, the methodology includes a non-experimental, descriptive, descriptive transection investigation, which is relevant to understand this as a first approach to the stress of study in question of the teaching profession. The results allow us to evaluate a set of psychosomatic manifestations of stress that surround this profession. This is a research pattern that shows the theme of stress in the teaching profession, allowing a set of relevant information and generating initiatives to expand the research framework in a matter of fundamental social importance for human development, which configures and seeks to understand one of the protagonists of the educational process.

Keywords: Depression, Teacher, Psychosomatic Stress, Symptoms

⁴ Mestre em Educação (UFMS). Doutorando em Educação. Professor da Carreira em Psicologia -UFMS.

I. INTRODUÇÃO

A função de ensino inclui uma das profissões com maior impacto no desenvolvimento humano, o professor é responsável pela dinâmica e prática da transmissão do conhecimento e em cujo processo não apenas os diferentes conteúdos de cada especialidade são comunicados, uma vez que, em função do ensino, implicará vários elementos psicossociais e culturais se manifestem no processo educacional e na interação professor-aluno.

As atitudes do professor, suas emoções, perspectivas e expectativas são integradas ao processo de ensino, dando um caráter único à experiência em sala de aula, onde o aluno não receberá apenas o conteúdo, uma vez que o processo de comunicação integra fatores que vão além do desenvolvimento do conhecimento e da presença de valores e atitudes que os acompanham.

Nesse sentido, o impacto do trabalho docente é multidimensional para o desenvolvimento da construção humana e precisa ser entendido em seu escopo real. Ele, o professor se configura como modelo, como guia, como diretriz, sem mencionar sua presença como apoio ao desenvolvimento integral de seus alunos. É interessante recriar mentalmente várias experiências de interação e comunicação com o professor; certamente o aluno tem lembranças inesquecíveis em relação aos professores que marcaram sua passagem pela vida escolar, muitos os lembrarão com grande carinho e gratidão, outros com sentimentos desagradáveis, já que em algum momento ou circunstância quadro positivo ou negativo comunicação (professor - aluno) tornando-o favorável ou desfavorável ao desenvolvimento e aperfeiçoamento integral do aluno; talvez algum gesto ou atitude repetida que gerou sentimentos de medo e dúvida sobre a capacidade pessoal e em cujas sequências podem ser encontradas certas fissuras de personalidade causadas no processo de ensino e aprendizagem.

O exposto acima é particularmente relevante no ensino fundamental, dada a maior continuidade na interação professor-aluno e as características do

período de idade de meninas e meninos, o que envolve maior plasticidade neural e cognitiva em seu desenvolvimento. Aspecto que inclui maior sensibilidade psicossocial em relação à influência do professor.

A dinâmica da comunicação ensino-aluno apresenta nuances que vão além da mera instrução, é necessário lembrar Watzlawick et al (1986) que, ao se referirem às pragmáticas da comunicação humana, destacam os efeitos que a comunicação tem no comportamento, esclarecendo que todo comportamento e não apenas a fala é comunicação e toda comunicação, mesmo os sinais comunicacionais de contextos impessoais, afetam o comportamento (WATZLAWICK, 1986, p. 37).

Essa perspectiva teórica chama a atenção para esse processo complexo e integral que é a educação e que requer a compreensão de todos os protagonistas da comunicação.

O presente artigo articula-se à busca de um maior conhecimento do papel do professor e de sua experiência. Pretende-se discorrer sobre a compreensão do ser humano no papel de professor e que, como entidade humana, seja influenciada por vários fatores ambientais, históricos e de contexto.

O atual modelo socioeconômico gera inúmeras demandas adaptativas para seres humanos, e as pressões acadêmicas, financeiras e trabalhistas estão aumentando constantemente. A dinâmica e a estrutura familiar são ameaçadas por um modelo macro de consumo, no qual a satisfação de necessidades básicas exige cada vez mais do ser humano, aspecto que tende a negligenciar elementos fundamentais.

As interações sociais são mediadas por diferentes padrões e requisitos de papéis, aos quais o sujeito deve ser capaz de responder como um resultado adaptativo. As características do trabalho na profissão docente, as várias fontes de pressão (pais, diretores, estudantes, sindicato, outras autoridades), condições

e responsabilidades sociofamiliares, etc. Esses são fatores que podem gerar estresse, os quais serão expressos na sintomatologia psicossomática do educador. O estresse no ensino é um fator que pode afetar naturalmente o relacionamento com alunos e colegas e influenciar a atividade educacional.

É pertinente lembrar que os grupos de trabalhadores que são mais suscetíveis a experimentar altos níveis de estresse são aqueles que têm um envolvimento pessoal ou um relacionamento constante e direto com outras pessoas (LLANQUE, 2014).

As consequências do estresse em seres humanos são multidimensionais, a saúde física é afetada pelo esforço extraordinário do organismo para responder às demandas e ao sistema imunológico é um dos primeiros a ser perturbado (RÉ, 2006), gerando que as pessoas obtenham doenças que tiveram suas fortes defesas provavelmente não sofreram, atualmente entende-se o impacto da mente no corpo está ficando cada vez melhor. Na dimensão social, é evidente que, diante dessas situações de estresse contínuo, as relações humanas são afetadas, e particularmente no papel do professor, a qualidade comunicacional do professor com o aluno será capaz de mostrar as consequências de um professor estressado e aplicar o que é afirmado no pragmático de comunicação humana, é importante observar esse aspecto. As manifestações na dimensão psicológica são evidentes, expressando mudanças emocionais.

2. OS RISCOS OCUPACIONAIS DE ALTO ESTRESSE NOS PROFESSORES

O estudo do estresse torna-se relevante como critério de prevenção e atenção integral à saúde, é evidente o interesse científico demonstrado em disciplinas como medicina, psicologia, neurologia, neuroendocrinologia, biologia, neurociências, entre outras. eles. O termo estresse é usado para se referir às consequências das circunstâncias exigentes da vida cotidiana e à resposta do indivíduo a situações ambientais de intensidade variável.

Zaldivar (2010), renomado psicólogo e estudante de estresse, argumenta que o termo estresse é usado como um conceito explicativo e mediador em várias doenças, como causa de acidentes e responsável pelo abuso de substâncias psicoativas. Além disso, são avaliados o impacto de sua presença na economia, a produtividade, o surgimento de distúrbios psicossociais e sua influência negativa no bem-estar humano (ZALDIVAR, 2010).

O trabalho docente se configura como uma atividade de alto compromisso humano e social, em cujas mãos está a formação de recursos humanos, além da mera transmissão do legado de conhecimento de uma geração para outra, pois a educação deve ser entendida como contribuição fundamental na formação integral do mais importante que uma sociedade possui, o ser humano.

A vocação e o papel social do educador tendem a não ser valorizados ou endossados de maneira efetiva e justa pelo estado e pelo contexto nacional; existem diferentes atitudes sociais que denigram a profissão, gerando situações de conflito e ansiedade que o professor deve lidar, assimilar ou de alguma forma canalizar.

As precárias condições salariais, as deficiências em infraestrutura, mídia e materiais e a falta de acesso às tecnologias educacionais não são condições saudáveis para o desenvolvimento de uma atividade tão importante. O clima relacional com colegas, com a direção e o contexto educacional em geral, geralmente não é o melhor, gerando um contexto de feedback em que a qualidade de vida e as relações sociais expressam várias situações de conflito, que não contribuem para o processo. Educacional e o impacto na entidade humana do educador é frequentemente apresentado como estresse e suas várias manifestações psicossomáticas que expressam o imenso esforço físico e cognitivo do organismo para se adaptar e responder efetivamente às demandas do trabalho, da família etc.

A avaliação do estresse é configurada em uma atividade importante, na perspectiva da profilaxia; já que o estresse é um fator de risco para quem sofre e para o contexto de comunicação em que ele interage.

A relevância deste estudo se consolida na lógica preventiva do trabalho com educadores e suas influências integrais na formação humana. Da necessidade de promover a saúde e a qualidade de vida dos professores, responsáveis pelo desenvolvimento e treinamento das novas gerações.

Os riscos ocupacionais de alto estresse nos professores podem ser psicológicos ou fisiológicos e podem afetar comportamentos indesejáveis, como maus-tratos aos alunos, ou estratégias de enfrentamento prejudiciais, como o uso de drogas ou álcool, que podem impactar forma significativa no desempenho do trabalho docente.

2.1. Tipos de estresse

No processo de compreensão do estresse e de sua definição conceitual, é necessário esclarecer que nem todo estresse é negativo, uma vez que o estresse é entendido como a tensão que um indivíduo tem que usar diante de um impulso / situação / estímulo que produz uma reação / resposta. Essa abordagem nos permite entender que o estresse é vital para a vida em sua plenitude. Fornece tensão e poder, é necessário estabelecer um projeto e lançá-lo para sua realização. No vasto e complexo mundo interior (motivação, ideais, projetos, valores, sentimentos, espiritualidade), nas relações interpessoais, no mundo profissional, na educação, no esporte, no lazer, nos desafios da vida, é necessária uma parte do estresse, da tensão saudável.

Diante dessa bipolarização do estresse, o que determina como ele é catalogado é, se a reação / resposta é adaptativa / superadora, é o estresse; se for desadaptativo / ineficiente, ocorrerá sofrimento. (BATISTA, 2006).

2.2. Modelos explicativos sobre estresse

Após várias décadas de reflexão e estudo sobre o estresse e suas consequências no bem-estar e na saúde das pessoas, existem vários critérios sobre sua definição e modelos explicativos. Do ponto de vista psicológico, as abordagens teóricas formuladas para explicar o fenômeno do estresse podem ser agrupadas em três categorias:

- 1.- Modelos baseados na resposta.
- 2.- Modelos baseados no estímulo.
- 3.- Modelos baseados na interação indivíduo-ambiente.

2.3. Modelos baseados em resposta

Há uma tradição importante na psicologia em entender o estresse como uma resposta ou reação do indivíduo quando está sob estresse. Essa abordagem define: "O estresse é a resposta inespecífica do organismo a qualquer demanda, seja causada por, ou resulta em, condições agradáveis ou desagradáveis" (SELYE, 1985)

2.3. Modelos baseados em estímulos

Uma segunda abordagem conceituou o estresse ou o estresse como um estímulo ou características da situação; dessa perspectiva, a ênfase foi colocada na identificação de condições ou situações estressantes e sua medição.

Eventos vitais foram definidos como experiências objetivas que desorganizam ou ameaçam desorganizar as atividades habituais de um indivíduo, causando um reajuste substancial em seu comportamento (DOHERENWEND, 1974).

Foi sugerido que, para que um estímulo cause a reação ao estresse, ele deve ser percebido pelo organismo como uma ameaça ou fonte de perigo (ZALDIVAR PERES, 2000). Esse critério precisa ser entendido em relação às perspectivas que as pessoas possam ter sobre os estímulos ou fontes de estresse, onde as variáveis são diversas, por exemplo, as seguintes. A natureza e intensidade do estímulo, sua novidade, o grau de estruturação ou ambiguidade, os compromissos do sujeito, as expectativas, as avaliações cognitivas, os valores em jogo, as características da personalidade, entre outros.

2.4. Modelos baseados na interação do ambiente individual

Os modelos anteriores foram questionados desde a atual psicologia cognitiva. Um modelo focado exclusivamente na resposta falha porque a mesma resposta pode ocorrer para diferentes estímulos com diferentes significados psicológicos. Um modelo centrado no estímulo também falha porque o mesmo estímulo pode causar respostas diferentes em pessoas diferentes.

O exposto acima nos permite dizer que o estresse não é gerado por causa do indivíduo ou do ambiente, mas é uma consequência da interação entre eles.

Assim, surge uma terceira abordagem, na qual, de uma perspectiva integrativa ou transacional, o uso do termo estresse é proposto como um rótulo genérico para uma área de problemas que inclui o estímulo que causa as reações de estresse, as próprias reações (respostas) e os vários processos envolvidos (JENKINS, 1991).

Dentro dessa linha, um dos modelos mais influentes é a abordagem transacional, na qual o pesquisador relevante "Lazarus", cujas contribuições são significativas para a compreensão do estresse como resultado da interação indivíduo - ambiente.

Na abordagem transacional de Lazarus (1986), expressando uma definição de acordo com modelos psicológicos cognitivos, o estresse é entendido

como "um relacionamento particular entre o indivíduo e o ambiente que é avaliado por ele como ameaçador ou transbordante de seus recursos e pondo em risco seu bem-estar" (LAZARUS, 1986).

Esse psicólogo reconhece o papel ativo do sujeito em termos de suas respostas às demandas do ambiente e também em termos da maneira pela qual a pessoa seleciona, determina e entende seu ambiente. O referido autor presta especial atenção aos processos de avaliação cognitiva que ocorrem no sujeito, em relação à avaliação de situações ou estímulos ambientais e seus próprios recursos de enfrentamento nessas situações. A esse respeito, ele afirma que:

[...] Por meio dessa seletividade e de processos cognitivos, como a avaliação, surge toda uma organização de variáveis do indivíduo e do ambiente, como nos casos de estresse psicológico e situações de dano, desafio e ameaça (LAZARUS, 1986, p. 43).

É importante observar que uma pessoa é vulnerável ao estresse naquelas situações ambientais que colocam em risco valores ou objetivos com os quais eles desenvolveram compromissos importantes, bem como naqueles que significam dano ou ameaça e, especialmente, nas situações que promovem crenças negativas sobre suas expectativas (FOLKMAN, 1984).

2.5. Sintomatologia

Como explicado acima, o estresse aumenta a secreção de certos hormônios e substâncias químicas no corpo que são realmente necessárias apenas em situações de emergência, durante períodos de estresse crônico, a frequência cardíaca acelera, a pressão arterial sobe para atingir níveis perigosos e a zia podem danificar as paredes do trato digestivo. Trazendo sentimentos de desconforto e desesperança, sendo frequente cair em depressão.

Pessoas com estresse crônico relatam problemas de sono, falta de descanso e a sensação contínua de lentidão e cansaço. As relações humanas são

afetadas, o interesse sexual diminui, o peso corporal pode diminuir ou aumentar à medida que o apetite afeta (WEISS, 2007).

2.6. Estresse no trabalho

São várias fontes potenciais de estresse, dispostas a roubar a alegria e a saúde integral, a complexidade da vida moderna que elevou os níveis gerais de estresse e tensão. O impacto trabalhista e econômico do estresse também é relevante, os custos sociais e econômicos são expressos no absenteísmo do trabalho devido a doenças relacionadas ao estresse, causando prejuízos para trabalhadores e empresas (WEISS, 2007).

A dinâmica das pressões sócio laborais às quais o ser humano está sujeito, por uma sociedade de consumo que exige cada vez mais do indivíduo para permitir que ele se adapte e responda efetivamente, em um contexto de exploração particular sobre a presença e o impacto de estresse. Nesse sentido, o estresse no trabalho é entendido como aquele cujos gatilhos estão especificamente ligados ao desempenho de uma determinada profissão; o estresse no trabalho é um estado de ativação física e psicológica relacionado ao esforço necessário para lidar com as demandas ambientais, quando esse estado é crônico tem efeitos negativos sobre a saúde, conforme apoiado por diferentes pesquisas.

Se integrarmos o conceito de estresse no ambiente de trabalho dos indivíduos, poderemos ajustar a definição de estresse como "o desequilíbrio percebido entre as demandas profissionais e a capacidade da pessoa de realizá-las. Essa definição é definida na perspectiva do contexto de trabalho, é importante esclarecer que o ser humano responde a diferentes fontes de estresse, o mesmo que vai além do trabalho (TRAVERS, 1997).

Um grande número de pesquisadores conceitua o estresse como uma interação entre a pessoa e seu ambiente (COOPER et al, 1998) admite que as

pessoas influenciam o ambiente e reagem a ele. Consequentemente, o estresse é essencialmente o grau de adaptação entre a pessoa e seu ambiente, o que pode levar a uma experiência estressante.

Portanto, é o produto de dois sistemas que interagem. O estresse ocorre no ponto em que a magnitude dos estímulos estressantes excede a capacidade de enfrentamento do indivíduo. Para controlar a experiência do estresse, uma pessoa pode tentar alterar seu ambiente ou aprender maneiras de modificar sua maneira de reagir a uma situação específica. Dessa forma, a atitude de lidar com o estresse ocorre para tentar levar a pessoa e o ambiente a alcançar um estágio de adaptação, (COOPER, 1998).

Os professores em geral, dedica mais tempo ao trabalho do que a outra atividade. É compreensível, então, que o trabalho ou a profissão sejam uma importante fonte de estresse. Pesquisas sobre o assunto identificaram alguns dos fatores que causam estresse nos ambientes de trabalho:

Exigir que o professor faça muito em muito pouco tempo gera estresse, um fato interessante é que a demanda por pouco trabalho em muito tempo também causa estresse, porque induzem sentimentos de tédio que também são estressantes (BARÃO, 2000, p. 45).

O exposto exige maior atenção às consequências psicossociais do estresse, que, quando vivenciadas por profissionais dedicados à formação de pessoas, implica na necessidade e obrigação moral de refletir sobre o impacto que possa ter na influência integral do professor em seus alunos.

O estudo mostra altos níveis de sintomas de estresse tanto fisicamente quanto psicossocialmente, no padrão de Expressões de estresse que os sintomas psicossociais e somáticos. Esses resultados incluem uma abordagem à presença de estresse na profissão docente e exigem a necessidade de gerar políticas de intervenção multidimensionais, a fim de amenizar o problema identificado e, assim, melhorar a qualidade de vida e trabalho do professor, aspecto que afetará diretamente seu desempenho, comprometimento e influência profissional.

Nesse sentido, considera-se necessário aprofundar e ampliar os estudos sobre a matéria elaborada, a fim de compreender os fatores associados ao estresse no ensino, as circunstâncias e padrões socioculturais e econômicos que geram estresse no trabalho docente. Compreendendo os fatores associados ao estresse na atividade de ensino, podem ser gerados e implementados programas que contribuem para a promoção de sua saúde integral e a expansão de um clima emocional e social mais positivo para os alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se o estresse, como já mencionado no aparato conceitual de referência, o processo que ocorre em resposta a eventos que perturbam ou ameaçam perturbar o funcionamento físico ou psicológico das pessoas.

Nesse contexto, as expressões de estresse devem ser diversas no contexto da complexidade humana. A revisão da literatura nos permitiu entender que essas manifestações de estresse podem ser categorizadas em dimensões psicossomáticas, fornecendo uma abordagem biopsicossocial na compreensão dos sintomas de estresse que as pessoas podem experimentar. As expressões psicossomáticas do estresse incluem as maneiras pelas quais a experiência do estresse pode afetar a saúde física e psicossocial, gerando um impacto importante na qualidade de vida e nas relações humanas.

Em relação a depressão, esse indicador, observa-se que sua valorização inclui um alto percentil, dada a presença de sentimentos e ideias de natureza depressiva. A depressão pode ser configurada em uma manifestação relevante de estresse, que inclui um sentimento de desconforto emocional caracterizado por uma tristeza penetrante que pode começar após alguma perda ou evento estressante e que tende a continuar muito tempo depois, os padrões de pensamento inapropriado que generaliza todos os eventos como uma calamidade.

Portanto, as consequências físicas do estresse são frequentemente as verdadeiras causas da licença médica, que são mais justificáveis quando o professor afirma sofrer uma doença física do que a verdadeira causa que poderia realmente ser a presença e o impacto que o estresse está causando em sua vida, é mais plausível que o educador seja licenciado por apresentar uma doença física do que por se sentir estressado. Isso nos permite reconhecer o entendimento ainda limitado da importância do estresse na saúde humana.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, M. *Vida sem angústia*. Buenos Aires: Universidade, 2006.
- JENKINS, S. &. *Estresse do professor: questões e intervenção*. Nova York: Mac Graw Hill, 1991.
- LÁZARO, R. *Teorias cognitivas do estresse*. Nova York: Plenum Press, 1975.
- LÁZARO, R. *Estresse e processos cognitivos*. Barcelona: Martínez Roca, 1986.
- LLANQUE, P. *Traços de personalidade e síndrome de burnout no pessoal de saúde da unidade de queimaduras "Hospital de Clínicas da Cidade de La Paz"* *Jornal de Pesquisa Psicológica*, 2014.
- RÉ, R. *Saúde e estresse*. Buenos Aires: Vida, 2000.
- SARANSON, *ISPsicologia anormal México: Prentice Hall, 1996.*
- TRAHTEMBERG, L. *A profissão de professor. Notícias educacionais*, 2001.
- TRAVERS, C. (1997). *Estresse nos professores*. Barcelona: Paidós, 1997.
- VALDES Miyar, Manuel. Pichot Pierre Juan Lopez-Ibor. *Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. Espanha: Masson, SA , 1995.
- WATZLAWICK, PH. *Teoria da comunicação humana*. Barcelona: Herder, 1997.
- WOOLFOLK, A. *Psicologia da Educação México: Pearson, 2010.*

A IMPORTÂNCIA DA PESQUISA EDUCACIONAL

Alfonso Aparecido Bernardes⁵

RESUMO

Na sociedade atual, aprender os princípios básicos do método científico é um ponto de partida para reflexão e ação diante dos fenômenos da vida social e natural. Com base no exposto, a prática da pesquisa se torna uma tarefa inevitável, principalmente na comunidade acadêmica, desde que se espere contribuir para o progresso e o bem-estar da sociedade. Nesta sociedade do conhecimento e contradições, a educação deve desempenhar um papel de liderança na orientação da sociedade para o desenvolvimento humano sustentável. Para isso, cada sociedade exige que seu sistema educacional seja orientado para responder às demandas e necessidades que a sociedade exige atualmente. Assim, qualquer sociedade que deseje desempenhar um papel de liderança nesse ambiente dominado pelo conhecimento e que busque solucionar suas contradições, deve considerar seu sistema educacional como motor e fator dinâmico. A prática de pesquisa no campo educacional nos ajuda a melhorar o estudo e nos permite abordar a realidade para conhecê-la e compreendê-la melhor, além de ser um estímulo à atividade intelectual criativa. Além do exposto, a prática da pesquisa ajuda a desenvolver uma crescente curiosidade sobre o fenômeno educacional, particularmente na solução de problemas a partir de uma leitura crítica de situações. O estudo tem por **Objetivo**, que conhecimento é obtido a partir do vínculo estabelecido entre o sujeito cognitivo e o objeto do conhecimento. No produto do processo de pesquisa, manifesta-se a concepção de mundo que o pesquisador possui. É por isso que algumas pesquisas são mais científicas que outras. A partir do momento da escolha do **problema do estudo**, na análise das informações e na seleção das técnicas de pesquisa, será refletida a posição ideológica do sujeito. Na ciência, a investigação deve manter uma autonomia tal que **os resultados** levem à obtenção do verdadeiro conhecimento, sem distorcer a realidade e que ofereçam bases para transformá-lo. **Conclui-se**, que a pesquisa, orienta o pesquisador em seu raciocínio e abordagem da realidade, ordena suas ações e fornece critérios de rigor científico para supervisionar todo o processo.

Palavras Chaves: Pesquisa. Método científico. Conhecimento. Realidade.

⁵ Mestre em Educação.

OS DESAFIOS NA ATENÇÃO AOS USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS E A REABILITAÇÃO PSICOSSOCIAL

Lucas Huan Duarte dos Santos ⁶

RESUMO

Estudo exploratório de abordagem qualitativa, descritiva como parte da dissertação de mestrado intitulada: Formação Educacional e Dependência Química: um estudo acerca dos níveis educacionais e prevalência de consumo de álcool e outras drogas dos usuários assistidos no Caps-Ad em um Estado da Amazônia Legal. O objetivo deste documento é apresentar as evidências sobre os danos causados pelo álcool e o gerenciamento de risco ou consumo nocivo em áreas de atenção primária pelos profissionais especializados. A pesquisa procurou identificar as concepções de profissionais para o tratamento dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas acerca da Reabilitação Psicossocial. Os resultados evidenciaram que na concepção dos profissionais a Reabilitação Psicossocial se dá na realização de oficinas terapêuticas, atividades externas e no estabelecimento de parcerias com outras instituições. Conclui-se que o tratamento de problemas relacionados ao uso de substâncias deve fazer parte de um processo contínuo, que envolve todos os níveis da rede de atenção à saúde.

Descritores: Serviços de saúde mental. Transtornos relacionados ao uso de substâncias. Reabilitação. Equipe de assistência ao paciente. Pessoal de saúde.

1. INTRODUÇÃO

O fenômeno do uso abusivo de substâncias psicoativas na sociedade atual tem se construído como uma problemática complexa e, embora as transformações histórico-culturais e as inovações tecnológicas tenham sido

⁶Mestrado em Ciências da Educação. Universidad Autónoma de Assuncion, UAA, Paraguai. Graduação em Licenciatura em Pedagogia. FACULDADE MANTENENSE DOS VALES GERAIS, INTERVALE. Graduação em Bacharelado em Enfermagem. Faculdade Madre Tereza, FAMAT, Brasil. Graduação em Bacharelado em Biomedicina. FACULDADE SEAMA, SEAMA, Brasil. Especialização em Neuropsicopedagogia, Educação Especial e Inclusiva. - FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Especialização em Gestão do Trabalho Pedagógico: Supervisão, Orientação, Inspeção e Administração- FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE. Especialização em Tutoria em Educação a Distância e Docência do Ensino Superior. FAVENI-FACULDADE VENDA NOVA DO IMIGRANTE.

marcantes nos últimos anos, as concepções e modelos da abordagem prática não têm avançado significativamente e requerem estudos e reflexões relacionadas às intervenções, bem como às políticas e saberes teóricos que têm subsidiado as mesmas. Numa perspectiva histórica, pode-se dizer que as drogas tornaram-se um problema de saúde pública a partir da metade do século XIX (OMS, 2018), tendo a sua dimensão moderna com o progresso da química industrial, da farmacologia e da medicina.

Por outro lado, o tratamento de problemas relacionados ao uso de substâncias deve fazer parte de um processo contínuo, que envolve todos os níveis da rede de atenção à saúde, com ênfase especial na detecção precoce e intervenções breves no primeiro nível de atenção. As intervenções devem ter uma base científica e eficácia comprovada. Eles devem estar no comando de pessoal qualificado e cumprir com os padrões de qualidade. A saúde mental é um importante fator de risco para o desenvolvimento da dependência de drogas. No entanto, muitos países carecem de serviços adequados ou recursos humanos suficientes nesta área da saúde. É importante, portanto, reconhecer que estamos diante de uma doença crônica que deve ser tratada como tal, com total comprometimento com as estruturas de saúde e respeito aos direitos.

Os profissionais da atenção primária à saúde são responsáveis por identificar e intervir quando ocorrem pacientes cujo consumo de álcool é perigoso ou prejudicial para sua saúde. A identificação e breve intervenção antes do consumo de álcool em áreas de atenção primária oferecem a oportunidade de aconselhar os pacientes sobre o consumo de risco e o consumo nocivo de álcool. Todas as informações sobre a quantidade e a frequência do consumo ajudam a diagnosticar a condição atual do paciente e alertam os médicos sobre a necessidade de aconselhar os pacientes cujo consumo de álcool pode afetar negativamente o uso de medicamentos e outros aspectos do seu tratamento.

É de importância crucial saber que, com esforço e assistência apropriado, é muito mais fácil para a constatação de que o uso de álcool e outras drogas

tomou a proporção de um grave problema de saúde pública. O enfrentamento dessa problemática constituiu-se em uma demanda, independentemente da idade, sexo, nível de escolaridade e classe social.

O objetivo deste documento é apresentar as evidências sobre os danos causados pelo álcool e outras drogas no gerenciamento de risco ou consumo nocivo em áreas de atenção primária. Também é descrita a dependência do álcool e como tratá-lo, para que os profissionais da atenção básica possam saber como agir quando tiverem que encaminhar casos problemáticos a especialistas ou quando não houver serviços disponíveis ou acessíveis para o tratamento de dependentes. Outro objetivo principal é informar os profissionais de saúde sobre o conhecimento atual sobre a eficácia de várias técnicas de atendimento a pessoas que consomem álcool de maneira arriscada ou prejudicial à sua saúde.

2. APLICAÇÃO DE PROGRAMAS DE IDENTIFICAÇÃO E INTERVENÇÕES

Parece haver um consenso sobre a necessidade de resolver o problema a partir do desenvolvimento de programas efetivos de prevenção que visem promover o crescimento de indivíduos capazes de decidir abstinência livre e responsável, em uma realidade em que a existência e disponibilidade de substâncias de abuso é uma ocorrência diária (GOLDBERG, 2001).

Entre as condições para o envolvimento efetivo dos prestadores de serviços de atenção primários de saúde em problemas derivados de álcool e outras drogas, o apoio e suporte são um pré-requisito, especialmente quando se deparam com dificuldades ou apenas para garantir o desenvolvimento profissional contínuo (PINHO, 2008).

Os profissionais que trabalham em um ambiente de trabalho que recebe apoio e incentivo, eles se sentem mais seguros quando deveriam resolver

problemas relacionados ao álcool e pode tratar um número muito maior de pacientes. Fornecer treinamento e formação, oferecer suporte com base na prática aumenta as taxas de identificação e orientação, embora o apoio seja limitado a uma visita de prática, com aconselhamento telefônico contínuo, pois o simples fornecimento de diretrizes ou informações, vai auxiliar no processo de recuperação. O apoio à consulta parece igualmente eficaz, mas fornecer os dois ao mesmo tempo é ainda mais eficaz do que cada um separadamente. Não parece que um suporte mais intensivo necessariamente ser melhor que o suporte menos intensivo (SARACENO, 2001).

Com o propósito de aumentar a experiência e a eficácia almejando resultados positivos, a confiança e comprometimento ao trabalhar com os usuários de álcool e outras drogas, é necessário fornecer formação continuada, e um ambiente acolhedor, unido e solidário. A prestação de ajuda especializada podem aumentar e melhorar a atividade de profissionais de atenção primária e secundária (RIBEIRO, 2004).

Tendo em vista a efetividade e rentabilidade dos programas de identificação e breves intervenções na atenção primária, estes devem ser financiados pelos serviços de saúde com o objetivo de reduzir o consumo de álcool e outras drogas prejudiciais.

2.1. Tratamento em dependência química

Vários problemas de saúde estão relacionados ao consumo e a dependência química, requerendo maior cuidado dos profissionais de saúde, demanda, respostas e políticas públicas que possam solucionar ou amenizar esse impasse na sociedade.

Atualmente, no que diz respeito às Políticas Públicas de Saúde Mental, as recomendações para tratamento dos quadros de dependência química enfatizam a reabilitação psicossocial ao longo do tratamento, sendo os objetivos: a avaliação de cada caso, o estabelecimento de ações para cada pessoa e a

reinserção social de forma integrada ao meio cultural e à comunidade. Dependendo do caso, poderá ser necessária a prévia desintoxicação, geralmente realizada por alguns dias sob supervisão médica e equipe multiprofissional, que permite combater os efeitos da retirada do álcool ou de outras drogas, ou até mesmo com necessidade de internação. Mas é importante você saber que toda internação será seguida de alta e da reabilitação, muito importante para que o paciente continue a viver livre do álcool ou drogas (SUPERA, 2014).

O tipo de tratamento que o dependente psicoativo deve escolher, depende da gravidade do uso e dos recursos disponíveis para o encaminhamento. Eles devem ser indicados conforme os critérios previamente estabelecidos e, muitas vezes, constituem-se em abordagens complementares para um mesmo indivíduo, de modo que não devem ser vistos como excludentes.

A desintoxicação pode ser realizada em três níveis com complexidade crescente: tratamento ambulatorial, internação domiciliar e internação hospitalar. Em qualquer nível, sempre que necessário, podem ser utilizados medicamentos para o alívio dos sintomas (benzodiazepínicos, antipsicóticos, entre outros). Os objetivos da desintoxicação são: alívio dos sintomas existentes; prevenção do agravamento do quadro (convulsões, por exemplo); vinculação e engajamento do indivíduo no tratamento (CARLINI, 2013).

É importante estar familiarizado com programas de autoajuda, especialmente o dos 12 passos empregados pelos Alcoólicos Anônimos (AA) e Narcóticos Anônimos (NA). Esses programas são muito populares e, segundo as pesquisas, costumam ser bem-sucedidos como programas de recuperação para os transtornos por uso abusivo de álcool ou de outras drogas (CARLINI, 2013).

O tratamento farmacológico para a dependência química funciona com a prescrição de medicamentos, por profissionais da área médica, tanto em hospitalizações, para tratar sintomas de intoxicação e abstinência, quanto no tratamento ambulatorial. As estratégias medicamentosas aceitas e eficazes têm

como finalidade: tratar sintomas da intoxicação; tratar sintomas de abstinência; substituir o efeito da substância (por exemplo, adesivo de nicotina no tratamento do tabagismo); antagonizar os efeitos da droga (como o naltrexone, no tratamento do alcoolismo); causar aversão à droga (como o dessulfuram, que provoca, por exemplo, vermelhidão facial, dor de cabeça, palpitação e enjoo; reações mais graves, como depressão respiratória, arritmias cardíacas e convulsões – que podem, inclusive, levar à morte – ocorrem quando o indivíduo ingere concomitantemente álcool e dessulfuram) (CARLINI, 2013).

Dentre os vários tipos de tratamento, os psicossociais são os mais amplamente utilizados. Costumam estar disponíveis em diversos níveis do sistema de saúde: em postos de saúde, em Centros de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas (CAPS-AD), e serviços terciários de atendimento (hospitais gerais). As formas mais aceitas de tratamentos psicossociais são: entrevista motivacional, aconselhamento, intervenção breve, terapia de grupos, terapia de família redução de danos.

A Entrevista Motivacional foi desenvolvida por William Müller e colaboradores, e postula que a motivação dos indivíduos para uma mudança de comportamento pode ser modificada através de estratégias específicas. A técnica de entrevista motivacional constitui-se de um estilo que evita o confronto direto e promove o questionamento e o aconselhamento, visando estimular a mudança do comportamento. Ela prioriza a autonomia do indivíduo em tomar decisões (CARLINI, 2013).

Aconselhamento é a intervenção psicossocial mais amplamente utilizada em dependência química e contribui para uma evolução positiva do tratamento. Consiste, fundamentalmente, no apoio, proporcionando estrutura, monitoração, acompanhamento da conduta e encorajamento da abstinência. Proporciona, também, serviços ou tarefas concretas, tais como encaminhamento para emprego, serviços médicos e auxílio com questões legais. Pode ser mínimo (3 minutos), breve (3-10 minutos) ou intensivo (mais de 10 minutos). Pode ser aplicado por

qualquer profissional adequadamente treinado e apresenta quatro fases: avaliação (identificação do problema); prevenção e tratamento; aconselhamento (estratégias motivacionais); assistência; acompanhamento (CARLINI, 2013).

Intervenção breve é uma técnica comportamental utilizada para alcançar a abstinência ou a moderação do consumo. Elas começam pelo estabelecimento de uma meta. Em seguida, desenvolve-se a automonitorização, identificação das situações de risco e estratégias para evitar o retorno ao padrão de consumo problemático. O espectro de problemas também determina que se apliquem intervenções mais especializadas em indivíduos com problemas graves, além de adicionais terapêuticos, como manuais de autoajuda, aumentando a efetividade dos tratamentos (CARLINI, 2013).

Terapia de Grupo é uma alternativa para atender um maior número de pessoas, em um menor tempo e, conseqüentemente, com um custo mais baixo. É considerada uma alternativa viável e também efetiva. O tratamento em grupo de dependentes de álcool e de outras drogas vem ocupando um espaço amplo, mas o seu estudo ainda é restrito, pois exige uma metodologia de avaliação muito rigorosa (CARLINI, 2013).

Terapia de família objetiva aprimorar a comunicação entre cada um de seus componentes e abordar a ambivalência de sentimentos. Ela pretende reforçar positivamente o papel do dependente químico na família, levando a uma melhor adaptação no seu funcionamento social (CARLINI, 2013).

Redução de Danos que é utilizado com a finalidade de prevenir ou reduzir as conseqüências negativas associadas a um determinado comportamento. Ao se considerar o tratamento de dependência de crack, álcool e outras drogas, a redução de danos é útil, por exemplo, na redução da transmissão de HIV e hepatites através de programas de troca de seringas, para usuários de drogas injetáveis (CARLINI, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais procuram sempre alinhar seu trabalho à proposta da Reabilitação Psicossocial preconizada pelo Ministério da Saúde, sobretudo, no que se refere às ações intersetoriais, compreende a importância do aconselhamento e a intervenção psicossocial que se bem trabalhada e utilizada em dependência química e contribui para uma evolução positiva do tratamento, sendo esse o principal desafio a ser superado quando se considera o modelo psicossocial de atenção. Para que as ações reabilitatórias desenvolvidas no serviço não reforcem o caráter regulatório, mas desconstruam o paradigma psiquiátrico de exclusão e controle social, o serviço deve estar comprometido com a transformação das condições de vida dos usuários.

Colocamos então, a necessidade de cada projeto da instituição estar vinculado preferencialmente à questão dos direitos fundamentais da pessoa humana. O direito ao trabalho nos serviços de saúde mental tem que extrapolar o terapêutico propriamente dito para buscar a reinserção das pessoas sob os seus cuidados. Destarte, pode-se dizer que o trabalho de Intervenção breve é uma técnica comportamental que ao estabelecer as metas possivelmente alcançarão a abstinência ou a moderação do consumo. Assim como a Terapia de Grupo se constitui numa é uma alternativa viável e também efetiva juntamente com a terapia de família que objetiva aprimorar a comunicação entre cada um de seus componentes e abordar a ambivalência de sentimentos.

Portanto, o resultado final de um conjunto de fatores que podem moderar positivamente ou negativamente o consumo e pode estar ligado a mudanças sociais, culturais e políticas e econômico que devem ser percebidos pelos profissionais e o público alvo envolvido levando à adoção de comportamentos e atitudes objetivando mudanças de comportamento.

REFERÊNCIAS

CARLINI EA. II Levantamento domiciliar sobre uso de drogas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país – 2005. São Paulo: Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas, Departamento de Psicobiologia, Escola Paulista de Medicina; 2013.

GOLDBERG JI. Reabilitação como processo: o Centro de Atenção Psicossocial. In: Pitta A, organizadora. Reabilitação psicossocial no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Hucitec; 2001.

Organização Mundial da Saúde (OMS). Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). Relatório Sobre a Saúde no Mundo. Saúde Mental: nova concepção, nova esperança. Genebra; 2018.

PINHO PH, Oliveira MA, Almeida MM. A reabilitação psicossocial na atenção aos transtornos associados ao consumo de álcool e outras drogas: uma estratégia possível? Rev Psiq Clin. 2008.

RIBEIRO RCF. Oficinas e redes sociais na reabilitação psicossocial. In: Costa CM, Figueiredo AC, organizadoras. Oficinas Terapêuticas em Saúde Mental: sujeito, produção e cidadania. Rio de Janeiro: Contra Capa; 2004.

SARACENO B. Libertando identidades: da reabilitação psicossocial à cidadania possível. Belo Horizonte: Té Cora; 2001.

AS ATIVIDADES RECREATIVAS E SUA IMPORTÂNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Maria Fabiana Ribeiro ⁷

RESUMO

O estudo realizado junto as crianças que pertencem a Educação Infantil foi realizada através de investigação de campo de natureza descritiva e quantitativa, a fim de usá-los como uma ferramenta de aprendizagem, uma vez que fornece a oportunidade de construir seu próprio conceito através do processo de assimilação e acomodação, ele se baseia em uma série de antecedentes relacionados à variável em estudo. Para isso, foi selecionada uma amostra composta por oito (8) professores pertencente ao Centro de Educação Infantil, ao qual foi aplicado um questionário com 25 (cinco) itens e com três opções de resposta: quase sempre, às vezes e quase nunca. A análise e interpretação dos resultados refletiram que a grande maioria dos entrevistados acredita que as atividades recreativas às vezes são importantes apenas para o desenvolvimento físico, servem para promover a comunicação, contribuem para a expansão das necessidades e podem ser usadas como fonte de aprendizado. Por outro lado, o educador no exercício de seu papel prepara, seleciona materiais apropriados, ensina certos jogos, os enriquece e respeita as preferências. Por esse motivo, recomenda-se usá-las como uma ferramenta básica para a aquisição de habilidades, como um meio de comunicação sem esquecer a contribuição que ela oferece ao desenvolvimento corporal das crianças na Educação Infantil. O estudo trouxe como resultado a compreensão de que, para uma criança da Educação Infantil, que variam entre 3 e 6 anos, as atividades recreativas se tornam uma atividade diária, seu desenvolvimento evolutivo é em grande parte marcado pelo exercício e prática que começam em suas atividades, no ambiente familiar e, posteriormente, continuam até que entrem na alfabetização. Portanto, a teoria pedagógica de hoje enfatiza a necessidade de usar as atividades lúdicas mais intensamente como um processo educacional formal. A tendência para uma educação mais prática, útil, realista e científica que permita a verdadeira preparação da criança para a vida. Nesse sentido, as atividades recreativas na sala de aula da pré-escola como estratégia que permita um estímulo decisivo ao desenvolvimento da criança, pois, por meio dessas atividades, valores podem ser fortalecidos, estimular a integração, reforçar aprender, promover o desenvolvimento psíquico, físico e motor, estimular a criatividade, além de oferecer oportunidades e condições iguais para a participação da criança como parte de um grupo diferente da família que leva a formação do cidadão. Através da expressão lúdica, o pré-escolar pode exercer a observação, a associação de ideias, a expressão oral; facilitando assim a aquisição do conhecimento.

Palavras-Chave: Atividades Recreativas. Formação. Educação Infantil.

⁷Mestrado em Ciências da Educação. UPE – Universidad Privada Del Este.PY.